

## O perdão do Papa

*Aquela que poderá ser uma das últimas viagens do Papa Francisco, fracassou, nalguma medida, na mobilização e na empatia – dentro e fora do Canadá, dentro e fora da Igreja Católica.*

**Paula Borges Santos | Público | 4 de Agosto de 2022**

De 24 a 30 de julho, o Papa Francisco realizou uma “peregrinação penitencial” ao Canadá para pedir perdão pelo envolvimento da Igreja Católica na gestão de escolas residenciais para nativos. Aquela que poderá ser uma das últimas viagens do atual pontífice, visivelmente debilitado por razões de saúde, condensa o seu legado. Mas fracassou, nalguma medida, na mobilização e na empatia, dentro e fora do Canadá, dentro e fora da Igreja Católica.

Bergoglio trouxe para o seu pontificado a projeção das preocupações das periferias geográficas e culturais da Igreja Católica. A partir da sua identidade como cardeal argentino, algumas causas comuns ao Sul, especialmente à América Latina, ganharam evidência, entre elas a questão dos indígenas. Muito mediatizada, esta viagem não apontou uma nova questão – em 2015, aquando da visita à Bolívia, o Papa já pedira perdão por crimes que naquele país se haviam cometido contra as populações indígenas –, mas permitiu-lhe a ampliação do tema além do mundo de língua espanhola (*La Civiltà Cattolica*, 16 de julho).

Esta posição interliga-se com o que tem sido o seu repúdio por aquilo a que chama “imperialismos exploradores” e com a sua obsessão pela promoção da “Igreja popular”, aqui de rosto indígena. Se a crítica ao comportamento colonizador foi desde os anos 70 desenvolvida pela Igreja Católica universal e teve lugar no pensamento de vários Papas debruçados sobre o que sucedia no presente, Francisco deslocou a atenção para o passado.

Paralelamente, a viagem refletiu a atenção que o Papa tem dedicado à proteção de menores. Há três anos, face à multiplicação das denúncias em torno de casos de abusos sexuais de crianças e jovens por membros da Igreja Católica, o Papa ordenou a criação de comissões de proteção de menores em todas as dioceses. O escândalo com os internatos canadianos também apresenta essa componente, ainda que prefigure várias outras violações de direitos das crianças. Desse ponto de vista, a viagem apelou à imperiosa atenção que merecem os menores e seus cuidadores, ainda que sem contribuir para um esclarecimento eficaz do que se passou no Canadá, de 1883 a 1996.

Com o suporte de investigações científicas e judiciais concluídas e disponíveis, o olhar sobre o passado poderia ter apresentado rigor quanto às causas de morte daquelas crianças, que maioritariamente ocorreram por doenças (em especial, tuberculose), por subnutrição e afetação a trabalhos pesados, alegadamente praticados para cumprimento da sustentabilidade das instituições, como exigia o Estado que as

subfinanciava (realidade que os próprios gestores religiosos, católicos e protestantes, à época, denunciavam). Porém, o Papa preferiu um discurso dominado pela ideia de “destruição cultural” dos nativos, portanto, de mensagem mais fácil de comunicar, mesmo que imprecisa. Já no avião, evocou a polêmica expressão “genocídio cultural”, assumindo em ambiente informal o que nos vários discursos cuidou de não dizer.

A diferença de vocabulário sugere uma escolha deliberada de quem conhece bem fracturas que a expressão suscita e a viagem reabriu. O termo não é aceite por parte da classe política canadiana – recorde-se o chumbo parlamentar da proposta da deputada Leah Gazan, que pretendia que o Governo Federal reconhecesse o que aconteceu como genocídio –, tem sido repudiado por *opinion makers* e alguns militares, que participaram em ações humanitárias da ONU no Ruanda, e gerado divisões entre a comunidade católica local há décadas (com defensores da necessidade de reparação dos descendentes das vítimas, e outros sustentando uma crítica histórica mais aguda ao sistema na sua totalidade e denunciando a espiral de violência que atingiu igrejas católicas locais nos últimos meses – caso dos incêndios de templos, que têm ficado impunes).

Neste ambiente, a viagem papal pouco ou nada contribuiu para a recuperação da unidade da Igreja Católica no Canadá. A agenda esteve centrada nos encontros, públicos e privados, com lideranças indígenas. Num país com uma Igreja envelhecida e marcada por uma ideia de laicidade (popular também entre católicos) de que o fenómeno religioso não exige ser expresso na praça pública, o encontro com a comunidade católica, relegada para segundo plano na visita, no Commonwealth Stadium, não registou adesão significativa. Ali, lugares vazios revelaram como a viagem não teve o potencial mobilizador, por exemplo, da visita ao Canadá de João Paulo II em 1984, que proclamou a dignidade dos povos indígenas e salientou que era tempo de perdão e cura (o que foi reforçado por Bento XVI em 2009).

Fora do Canadá, não obstante alguma simpatia demonstrada, diversos sectores do catolicismo não consideraram essencial esta deslocação de Bergoglio, desde logo no Vaticano. Tal decorre da falta de novidade da questão e do arrastamento de um processo que é financeiramente cada vez mais pesado para a Igreja Católica. Desde 2005, a Igreja Católica do Canadá já despendeu 54 milhões de dólares canadianos em indemnizações e serviços de cura e, recentemente, anunciou novo fundo de 30 milhões para mais ações.

Pelo que um dos efeitos imediatos da visita manifestou-se no aumento de vozes sustentando que a Igreja precisará de equilibrar preocupações com processos de reconciliação com a atenção aos fenómenos nacionalistas e autoritários, emergentes na Europa Central e Oriental, ou com a perseguição aos católicos na China. Também a eficácia das diligências papais é questionada face à insatisfação que o ex-presidente da Comissão Verdade e Reconciliação, Murray Sinclair, e elementos das comunidades indígenas revelaram no final da visita, alegando que o Papa não reconheceu o envolvimento de toda a Igreja Católica, como instituição, naquele sistema, nem

mencionou a devolução de objetos aborígenes por parte dos museus do Vaticano ou a abertura dos arquivos sobre este tema (*La Croix*, 30/7/2022).

O pedido de mais resultados não surpreende, ocorrendo a cada declaração e reparação realizadas. A avaliar por afirmações da presidente do Conselho Nacional Métis do Canadá, Cassidy Caron, a “restituição” de terras por parte da Igreja Católica às comunidades indígenas poderá ser a próxima exigência (*La Lettura*, 8/5/2022).

Para já, a consciência moral da gravidade das violações de direitos humanos cometidas inibe (há décadas) uma discussão acerca dos limites materiais das compensações, perante mobilizações legais que são fortes e usufruem de grande mediatismo.

<https://www.publico.pt/2022/08/04/opiniao/opiniao/perdao-papa-2016189>